CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº231-1518

PROCESSO CEE Nº: 770/93

INTERESSADO: Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul

ASSUNTO: Consulta

RELATOR: Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá

PARECER CEE Nº: 291/95 - CETG - Aprovado em 03-05-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

A direção do IMES de São Caetano do Sul consulta este Conselho sobre a possibilidade de integralizar seu curso vespertino de Ciências Econômicas em quatro anos, tendo em vista que a Resolução nº 11, de 26 de junho de 1984, do Conselho Federal de Educação, que fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos Cursos de Ciências Econômicas, em seu artigo 1º § 1º diz:

"Art. 1º O curso de bacharelado em Ciências Econômicas será ministrado com o mínimo de 2.700 (duas mil e setecentas) horas-aula, cuja integralização se fará num mínimo de quatro anos num máximo de sete anos.

§ 1º No caso de cursos lecionados predominantemente ou exclusivamente em horário noturno, o prazo mínimo de integralização será de cinco anos e o máximo de 7 anos".

PROCESSO CEE Nº 770/93

PARECER CEE Nº 291/95

1.2 APRECIÇÃO

A Instituição mantém o Curso de Ciências Econômicas reconhecido pelo Parecer CEE nº 716/72 e Decreto Federal 71.078/72, funcionando com 150 vagas no período vespertino e 90 vagas no período noturno, ambos com 5 anos de duração.

Pelo horário apresentado para o referido curso no período vespertino, são ministradas semanalmente 19h e 25min de aulas, sendo que 9h e 25min até as 18h e 10h após este horário, o que caracteriza maior predominância de aulas no horário noturno.

Por outro lado, sendo o Curso integralizado em cinco anos há condições de proporcionar aos alunos melhor qualidade de ensino e desenvolvimento didático-pedagógico de bom nível.

2. CONCLUSÃO

Tendo em vista que o horário apresentado pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul, para o Curso de Ciências Econômicas é predominantemente no horário noturno, indefere-se o presente pedido, devendo a instituição obedecer ao disposto no § 1º, artigo 1º da Resolução CFE nº 11, de 26-06-84.

São Paulo, 06 de abril de 1995

a) Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá

Relator

PROCESSO CEE Nº 770/93

PARECER CEE Nº 291/95

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Francês Guiomar Rava Alves, João Gualberto de Carvalho Meneses, José Mário Pires Azanha e Melânia Dalla Torre.

Sala das Sessões, em 19 de Abril de 1995

a) *Cons. José Mario Pires Azanha*

Presidente da CETG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 03 de maio de 1995.

a) *Cons. Nacim Walter Chieco*
Presidente